

anc p11

26 FEV 1987

Severidade não é com o PMDB nem com o PFL

Villas-Boas Corrêa

A GORA o presidente José Sarney vai precisar de sustentação política, do apoio solidário de maioria parlamentar. O calvário do Governo começa com a inversão de posições. Até aqui, o PMDB e o PFL necessitaram muito mais do Governo do que o Governo dos desavindos parceiros da Aliança.

Com a decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, o presidente Sarney transformou-se num dependente da base partidária. Um carente de apoio, de votos, de compreensão e defesa. Não será fácil a negociação com o PMDB. Não será tranquilo, embora menos confuso, o caminho a ser percorrido na companhia do PFL.

O anúncio da determinação de interromper a sangria da remessa de dólares para saldar a contra altíssima dos juros sem amortizar um centavo da dívida não se esgota no discurso do presidente Sarney nem com um possível acordo com os credores, nas rodadas de negociações que animarão o carnaval do ministro Dilson Funaro e de outros foliões do baile da crise econômica.

Mas, daqui por diante, o Governo está desafiado a proceder a revisões internas, a ajustar-se coerentemente com a

sua postura de mocinho internacional que saca o revólver do coldre e se recusa a pagar a conta pela prosaica razão de que está com os bolsos vazios e sem uma única nota da carteira.

Com a Constituinte funcionando, já se apressando para principiar a trabalhar a sério, depois do parto do regimento interno e da catarse da parlapatice dos estreados, ansiosos por se exibirem para os seus eleitores, o mandato do presidente Sarney passa à categoria de ação que todo o dia será cotada na bolsa. Com o Governo em alta, a cotação ascenderá para os suspirados seis anos da velha Constituição agonizante; com a crise fervendo, o mandato pode encurtar para quatro anos e até para a eleição presidencial direta convocada logo depois de promulgada a futura Carta que está sendo gerada em plena ebulição da crise.

O Governo sabe que não pode compor o samba só com a nota do não pago antes de uma boa conversa. A repercussão popular de um gesto que balance entre o calote e a ousadia de um enfrentamento pode e deve ser favorável mas por pouco tempo. O que vem por aí vai doer mais no bolso da classe média do que aliviar o seu sufoco.

O Governo, portanto, precisa transmitir ao país a seriedade de sua difícil decisão, complementando-a com medidas de ordem interna. Urgentes, inadiáveis e duras. E é por aí que se

insinuam, emolientes e evasivas, as previsíveis dificuldades políticas.

Só para ficar com exemplos à mão, colhidos no noticiário do dia-a-dia. O Presidente, no pronunciamento do dia 20, antecipou a revisão dos subsídios. Muito bem. Com todas as implicações sociais, os subsídios ao trigo, açúcar e álcool pesam na conta do Governo cerca de 30 bilhões de cruzados. Só o trigo custa mais do que muitos ministérios — o que não chega a ser um argumento convincente pois que há ministérios não valem nada e poderiam ser extintos com menos abalo do que o corte que forçará o aumento do preço do pão.

Mas, estamos vivendo outros tempos de negociação política, de Constituinte, de conversa à luz do sol ou nas sombras dos gabinetes. E parece muito pouco provável que o presidente Sarney possa contar com o apoio do PMDB e do PFL para podar firme os galhos dos subsídios. Como comover os gaúchos com os tricultores sulinos acampados em frente ao Congresso, na choradeira do protesto e na ameaça de um revide nos votos?

Os bancos estaduais endividados até o pescoço, arruinados por administrações demagógicas, corroídos pelo cupim do mais desenfreado empreguismo, devem bilhões. Mas não parece provável que o presidente Sarney obtenha êxito nos contactos

com os novos governadores para enxugar a dívida com uma política de severidade e com um aperto significativo nas despesas perdulárias.

O saneamento dos bancos estaduais, submetido a rígido controle federal, é hoje um sonho tão quimérico como o corte dos subsídios. O Governo não tem suporte político para endurecer. Ele está convivendo com um Congresso na embriaguez dos poderes recuperados, no espasmo da descoberta da soberania. Mesmo quando não necessitar de votos, o Governo precisará de sustentação parlamentar. Ele não pode arriscar a sua estabilidade em laços estabranados e impulsivos.

A negociação desfigura intenções, amacia a severidade, dissolve a dureza de correções traumáticas.

Mas o Governo não tem como recuar. Não pode voltar atrás, dar o dito pelo não dito. Está portanto sendo empurrado pela necessidade a ir em frente. E, talvez, a única saída realmente viável seja a opção decidida por reformas, o mergulho profundo nas águas das mudanças estruturais. Pois o povo pode não saber exatamente o que deseja. Mas sente na carne e no bolso que o está aí está errado. E espera, exige que mude. Porque não pode mudar para pior.

JORNAL DO BRASIL